

PROCESSO CIVIL

Honorários de advogado

- ♦ A revogação do mandato não desonera o cliente do pagamento da verba honorária contratada, máxime se fixada em valor razoável e compatível com o serviço desenvolvido. (150612)

Medida cautelar

- ♦ Há interesse de agir para exibição de documentos sempre que o autor pretender conhecer e fiscalizar documentos próprios ou comuns de seu interesse. (150554)

CIVIL E COMERCIAL

Corretagem

- ♦ Inexistindo prova da intermediação do negócio de compra e venda, e havendo prova que indicie o contato direto entre compradora e vendedora, nada se deve a título de corretagem. (150718)

Seguro

- ♦ É válida a cláusula permitindo a entrega de averbações após o início dos riscos, no caso de seguro de responsabilidade civil do transportador, desde que averbados todos os embarques. (150703)

PENAL E PROCESSO

Competência

- ♦ A modificação da competência não invalida automaticamente a prova regularmente produzida, podendo o juízo competente ratificar ou não os atos já praticados. (150704)

Violência doméstica e familiar

- ♦ O fato de o acusado e a vítima, mesmo após as agressões, terem retomado seu relacionamento não isenta a sua responsabilidade penal pelo fato praticado. (150658)

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ação rescisória

- ♦ Em matéria previdenciária, deve-se flexibilizar a análise do pedido, não se entendendo como julgamento extra ou ultra petita a concessão de benefício diverso do requerido na inicial. (150694)

Contrato temporário

- ♦ Trabalho temporário é aquele prestado para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviço. (150742)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Contrato administrativo

- ♦ É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração Pública, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento cujo valor não exceda a quatro mil reais. (150286)

Funcionalismo público

- ♦ O estágio probatório constitui uma obrigação do servidor público, enquanto a estabilidade consubstancia um direito, pelas garantias nela inseridas. (150251)

TRIBUTÁRIO

Execução fiscal

- ♦ Nada obsta a autarquia municipal, prestadora de serviço de água, de inscrever o crédito de natureza não tributária em dívida ativa e ingressar com execução fiscal. (150267)

Responsabilidade tributária

- ♦ Procedem-se ao arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo sempre que o valor dos créditos tributários de sua responsabilidade for superior a 30% do valor do seu patrimônio. (150693)

PROCESSO CIVIL

Execução por título extrajudicial

- ♦ A prescrição das notas promissórias vinculadas a contrato de empréstimo não retira, por si só, a eficácia do instrumento contratual como título executivo extrajudicial. (150527)

Registro de imóveis

- ♦ A competência para as ações fundadas em direito real sobre bem imóvel é absoluta, da situação da coisa, porquanto regida pelo princípio *forum rei sitae*. (150667)

CIVIL E COMERCIAL

Previdência privada

- ♦ A concessão de benefício oferecido pelas entidades abertas ou fechadas de Previdência Privada não depende da concessão de benefício oriundo do regime geral de Previdência Social. (150707)

Sociedade em conta de participação

- ♦ Aplica-se subsidiariamente o artigo 1.034 do CC/2002 à dissolução de sociedades em conta de participação, enquanto ato inicial que rompe o vínculo entre os sócios. (150623)

PENAL E PROCESSO

Acórdão

- ♦ O excesso de linguagem acarreta a anulação da decisão de pronúncia ou do acórdão que incorreu no mencionado vício, e não o simples desentranhamento da respectiva peça. (150788)

Telecomunicação clandestina

- ♦ Ainda que o equipamento opere em sistema de baixa potência, não é possível a instalação de rádio sem autorização prevista constitucionalmente. (150760)

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Acordo judicial

- ♦ A estipulação de cláusula penal por acordo entre as partes tem como uma de suas finalidades incentivar o cumprimento da obrigação a que se refere. (150785)

Salário

- ♦ A declaração firmada pela empregadora acerca do salário da obreira, em montante superior àquele registrado, impõe o reconhecimento do pagamento extrafolha e suas repercussões. (150770)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Direito à saúde e à vida

- ♦ O medicamento, ainda que não padronizado, deve ser fornecido gratuitamente pelo Estado, se comprovada a necessidade do paciente. (150448)

Processo administrativo disciplinar

- ♦ A absolvição na esfera penal somente repercute no âmbito do processo administrativo se ocorrer pela negativa de autoria ou pela inexistência do fato. (150537)

TRIBUTÁRIO

Imposto predial e territorial urbano

- ♦ Tal como o arrematante, não fica o adjudicante de bem imóvel responsável pelo pagamento do imposto anterior à data da realização da hasta pública. (150806)

Imposto sobre a propriedade de veículo automotor

- ♦ Por se tratar de bem móvel, sujeito à transferência pela tradição, não se mostra determinante para identificação do devedor do IPVA o registro junto ao Detran. (150809)